



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
<http://www.santatereza.rs.gov.br>

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 081/2016
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2016 CP – CISGA
REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2016

O **MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Itália, nº 474, Bairro Centro, na cidade de Santa Tereza, CEP 95715-000, Estado do Rio Grande do Sul, inscrito no CNPJ sob nº. 91.987.719/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Diogo Segabinazzi Siqueira, portador do CPF nº 821601980-72 e da CI nº 607842284, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa: **DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Ary Miguel Silveira, 391 -Jardim Eldorado, na cidade de Palhoça/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.531.725/0001-20, neste ato representada pelo SR. MAURÍCIO CICERI, RG nº 3050536501 SIS/RS e CPF 612.162.590-20, Diretor Comercial da empresa, doravante denominada CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo descrito, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº10.520, de 17 de julho de 2002 e Resolução do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento sustentável da Serra Gaúcha – CISGA nº 02, de 04 de maio de 2012, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

O presente Contrato tem como objeto o fornecimento de medicamentos de uso humano, conforme preços e itens abaixo descritos:

Nº ITEM (cfme. Anexo VII)	REGISTRO MS (Treze dígitos)	DESCRIÇÃO: PRINCÍPIO ATIVO/ CONCENTRAÇÃO /DOSAGEM	UNIDADE/ FORMA FARMACÊUTICA	NOME COMERCIAL	FABRICANTE	QUANTIDADE POR EMBALAGEM	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR EM R\$	
								UNITÁRIO	TOTAL
5	1425900060103	(5) ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	COMPRIMIDO	DORMEC	IMEC INDÚSTRIA DE MEDICAMENTOS DE CUSTÓDIA LTDA ME	1000	15.000	R\$ 0,0153	229,50
12	1044001570030	(12) ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG	COMPRIMIDO	ENDROSTAN	INSTITUTO TERAPÊUTICO DELTA LTDA	4	1.200	R\$ 0,2661	319,32
35	1037003720025	(35) ANLODIPINO 5 MG, BESILATO DE	COMPRIMIDO	BESILATO DE ANLODIPINO	LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A	30	4.500	R\$ 0,0217	97,65
38	1256801460038	(38) ATENOLOL 25MG	COMPRIMIDO	ATENOLOL	PRATI DONADUZZI E CIA LTDA	600	2.400	R\$ 0,0247	59,28
47	1091700560091	(47) AZITROMICINA 500 MG	COMPRIMIDO	AZITROMED	MEDQUIMICA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A.	300	300	R\$ 0,4212	126,36
75	1049201620039	(75) CARBONATO DE LÍTIO 300 MG – PORTARIA 344/98	COMPRIMIDO	CARBONATO DE LÍTIO	ACTAVIS FARMACÊUTICA LTDA	200	1.000	R\$ 0,1455	145,50
128	1037005520023	(128) DEXAMETASONA 4 MG	COMPRIMIDO	DEXAMETASONA	LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A	200	200	R\$ 0,1563	31,26



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
<http://www.santatereza.rs.gov.br>

129	1181900370041	(129) DEXAMETASONA 1 MG/G (0,1 PORCENTO) - CREME	TUBO COM 10 GRAMAS	CORTITOP	MULTILAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA	50	200	R\$ 0,6039	120,78
130	1108500320060	(130) DEXAMETASONA 4 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 2,5ML	FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA	FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO- FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA	100	200	R\$ 0,6831	136,62
134	1018600190100	(134) DIAZEPAM 5 MG – PORTARIA 344/98	COMPRIMIDO	SANTIAZEPAM	SANTISA LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA	1000	1.000	R\$ 0,0277	27,70
135	1018600190119	(135) DIAZEPAM 10 MG – PORTARIA 344/98	COMPRIMIDO	SANTIAZEPAM	SANTISA LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA	1000	5.000	R\$ 0,0277	138,50
140	1108500160039	(140) DICLOFENACO, SAL SÓDICO, 25MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 3ML	DICLOFARMA	FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO- FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA	100	200	R\$ 0,3862	77,24
141	1037004580049	(141) DIGOXINA 0,25 MG	COMPRIMIDO	DIGOXINA	LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A	100	2.000	R\$ 0,0338	67,60
148	1256800410029	(148) DIPIRONA 500 MG	COMPRIMIDO	DIPIRONA SÓDICA	PRATI DONADUZZI E CIA LTDA	500	1.500	R\$ 0,0651	97,65
149	1108500300086	(149) DIPIRONA 500 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL	FRASCO 10ML	DIPIRONA SÓDICA	FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO- FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA	100	100	R\$ 0,5286	52,86
150	1018600120021	(150) DIPIRONA 500 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 2 ML	SANTIDOR	SANTISA LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA	100	300	R\$ 0,3465	103,95
160	1071401410204	(160) ENALAPRIL 10 MG, MALEATO DE	COMPRIMIDO	SANVAPRESS	SANVAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	500	25.000	R\$ 0,0285	712,50
161	1071401410212	(161) ENALAPRIL 20 MG, MALEATO DE	COMPRIMIDO	SANVAPRESS	SANVAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	500	35.000	R\$ 0,0435	1.522,50
202	1542300430038	(202) GLIBENCLAMIDA 5 MG	COMPRIMIDO	GLICAMIN	GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A	450	3.150	R\$ 0,0198	62,37
219	1037006090049	(219) HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	COMPRIMIDO	HIDROCLOROTIAZIDA	LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A	300	39.000	R\$ 0,0118	460,20
220	1163701190078	(220) HIDROCORTISONA 100 MG, SUCCINATO DE - PÓ LIÓFILO PARA INJETÁVEL EV	FRASCO AMPOLA	ARISCORTEN	BLAU FARMACÊUTICA S/A	50	100	R\$ 2,9000	290,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
<http://www.santatereza.rs.gov.br>

228	1037000760131	(228) IBUPROFENO 600 MG	COMPRIMIDO	IBUPRIL	LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A	200	1.000	R\$ 0,0580	58,00
254	1256800800080	(254) LORATADINA 1 MG/ML - XAROPE	FRASCO COM 100 MILILITROS + COPO MEDIDA	LORATADINA	PRATI DONADUZZI E CIA LTDA	50	100	R\$ 1,7585	175,85
256	1037005050043	(256) LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	COMPRIMIDO	LOSARTANA POTÁSSICA	LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A	75	17.250	R\$ 0,0358	617,55
264	1256801510061	(264) METFORMINA 500 MG , CLORIDRATO DE	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE METFORMINA	PRATI DONADUZZI E CIA LTDA	400	3.200	R\$ 0,0514	164,48
265	1256801510035	(265) METFORMINA 850 MG , CLORIDRATO DE	COMPRIMIDO	CLORIDRATO DE METFORMINA	PRATI DONADUZZI E CIA LTDA	400	20.000	R\$ 0,0480	960,00
292	1037005790039	(292) NITROFURANTOÍNA 100 MG	CÁPSULA	NITROFURANTOINA	LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A	280	560	R\$ 0,1485	83,16
303	1134301730101	(303) OMEPRAZOL 20 MG	CÁPSULA	OMEPRAZOL	HIPOLABOR FARMACÊUTICA LTDA	500	35.000	R\$ 0,0330	1.155,00
308	1134301010036	(308) PARACETAMOL 500 MG	COMPRIMIDO	PARACETAMOL	HIPOLABOR FARMACÊUTICA LTDA	500	8.000	R\$ 0,0356	284,80
337	1108500250038	(337) RANITIDINA 25 MG/ML, CLORIDRATO DE - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 2 ML	CLORIDRATO DE RANITIDINA	FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO- FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA	100	100	R\$ 0,3797	37,97
353	1071401750099	SINVASTATINA 20 MG	COMPRIMIDO	SINVASTON	SANVAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.	500	20.000	R\$ 0,0480	960,00
354	1071401750102	(354) SINVASTATINA 40 MG	COMPRIMIDO	SINVASTON	SANVAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	500	4.000	R\$ 0,1059	423,60
376	1134301560036	(376) TRAMADOL 50 MG/ML – PORTARIA 344/98 - SOLUÇÃO INJETÁVEL	AMPOLA 1ML	CLORIDRATO DE TRAMADOL (PORT 344/98 - LISTA A2)	HIPOLABOR FARMACÊUTICA LTDA	100	100	R\$ 0,7293	72,93
386	1037005120033	(386) VARFARINA SÓDICA 5 MG	COMPRIMIDO	VARFARINA SÓDICA	LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A	50	3.000	R\$ 0,1200	360,00
TOTAL									10.232,68

Parágrafo Único: O valor estimado do presente contrato é de **R\$ 10.232,68 (dez mil duzentos e trinta e dois reais e sessenta e oito centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SISTEMÁTICA DE AQUISIÇÕES

2.1 As obrigações decorrentes das aquisições do objeto, constantes no Registro de Preços firmado entre o Município Consorciado e o Fornecedor está formalizado através deste Contrato de estimativa de Fornecimento, durante o prazo de validade do Registro de Preços.

2.2 As aquisições dos objetos do presente contrato serão formalizadas mediante a emissão de Notas de Empenho



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
<http://www.santatereza.rs.gov.br>

por parte da municipalidade contratante, a cada vez que essa desejar efetuar-las, nas quantidades que o contratante necessitar, até o limite estimado para consumo, podendo ainda ampliar a quantidade estimada em até 25 % (vinte e cinco por cento), sendo desnecessária a celebração de qualquer outro instrumento contratual ou congêneres para referida formalização.

Parágrafo único: Qualquer aquisição que se realize deverá observar todas as cláusulas estabelecidas no presente instrumento contratual, considerando-se como reproduzidas no instrumento equivalente utilizado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PAGAMENTOS

O pagamento pela aquisição do objeto do presente contrato, será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, indicada pelo contratado. Parágrafo Primeiro. O Município efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos produtos, objeto deste contrato, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, e atendidos os requisitos de entrega previstos no processo licitatório que deu origem a este contrato.

Parágrafo Primeiro: O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação da licitação.

Parágrafo Segundo: As descrições dos medicamentos nas notas fiscais deverão estar idênticas às descrições do Termo de Referência – Anexo VII do Edital, ou seja pelo Padrão descritivo de Medicamentos do Ministério da Saúde – CATMAT atualizado, indicando a concentração (dosagem) e apresentação (forma farmacêutica).

Parágrafo Terceiro: O número dos lotes(itens) deve ser especificado na Nota Fiscal por quantidade de cada produto entregue.

Parágrafo Quarto: A Nota Fiscal também deve conter o número do Contrato de Fornecimento, o nome do Município consorciado receptor dos produtos e o endereço e local da entrega.

Parágrafo Quinto: Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação por qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

Parágrafo Sexto: Poderão ser abatidos dos valores devidos ao contratado os valores referentes à multa anteriormente aplicada.

Parágrafo Sétimo: Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada município consorciado correrão por conta do Contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR/CONTRATADO

Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- fornecer os produtos, objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- entregar os objetos licitados, conforme especificações deste Edital em consonância com a proposta de preços apresentada pelo licitante; tomando especial cuidado para que o número do registro no Ministério da Saúde, contido na embalagem do medicamento entregue, seja o correspondente àquele apresentado na proposta de preços;
- fornecer os medicamentos e correlatos, somente mediante o recebimento de e-mail do CISGA, órgão gerenciador, contendo Autorização de Fornecimento;
- efetuar a entrega do(s) item(ns) no prazo máximo de até 15(quinze) dias, contados a partir do envio da autorização de fornecimento por e-mail. Posteriormente enviada por correio aos fornecedores, juntamente com o empenho gerador da referida Autorização de Fornecimento;
- responsabilizar-se pelo transporte, seja próprio ou subcontratado, conforme normas da ANVISA. A empresa que efetuar o transporte dos medicamentos até o local designado para a entrega, especificado na Autorização de Fornecimento, deverá possuir Autorização de Funcionamento para transporte de medicamentos junto à ANVISA, que deverá ser apresentada a cada entrega de medicamentos, destacando o número da resolução, data de expedição e publicação do Diário Oficial da União;
- quando da entrega à Administração, a licitante vencedora deverá apresentar o laudo analítico de cada lote entregue, emitido pelo fabricante. Em se tratando de Distribuidora deverá também comprovar a procedência do medicamento, nos termos da Portaria 2.814 GM /MS de 29 de maio de 1998;
- proceder ao descarregamento e armazenamento dos produtos em local designado pelo servidor responsável do município consorciado contratante;
- fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados determinados através dos contratos de fornecimento de cada município participante;
- A empresa deve ter ciência que o prazo de validade dos medicamentos requisitado deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega. Para aqueles medicamentos, cujo prazo de validade geral é



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
<http://www.santatereza.rs.gov.br>

menor que 12 (doze) meses, deverão possuir, a contar do momento da entrega, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo total de validade; (Alterado conforme RETIFICAÇÃO Nº I - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO CISGA Nº 002/2016 de 12/04/2016)

j) Serão aceitos medicamentos com prazo de validade inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega, somente se estiverem acompanhados por carta compromisso da proponente vencedora, para a troca dos medicamentos em caso de vencimento, sem ônus aos Municípios Consorciados; (Alterado conforme RETIFICAÇÃO Nº I - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO CISGA Nº 002/2016 de 12/04/2016)

k) Comunicar às unidades requisitantes, de imediato, eventuais motivos que impossibilitem o cumprimento das obrigações constantes neste edital;

l) providenciar a imediata correção das deficiências quanto ao fornecimento ou inconformidades técnicas apresentadas pelo produto fornecido, apontadas pelo departamento responsável pelo recebimento e fiscalização do município contratante;

m) substituir o produto, no caso deste estar em desacordo com as especificações, com defeito ou que tenha sofrido danos em decorrência do transporte atendendo no prazo máximo de três dias úteis a contar da notificação que for entregue oficialmente, sem ônus para o município contratante;

n) responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que os produtos sejam entregues nas dependências especificadas através da Autorização de Fornecimento, emitida pelo órgão gerenciador, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de ordem de classe, seguros, fretes, enfim, tributos sem qualquer exceção, não se cogitando a responsabilidade solidária ou subsidiária dos Municípios Consorciados ou do Órgão Gerenciador;

o) a licitante vencedora responsabilizar-se-á civil e criminalmente por todo e qualquer dano causado aos municípios Consorciados ou a terceiros, decorrentes de qualquer improbidade do medicamento, desde a sua produção até a sua efetiva entrega nos endereços indicados de cada município Consorciado, não restando qualquer responsabilidade ao contratante, sequer subsidiária;

p) Manter, durante todo o período de validade da Ata de Registro de Preços e de contratos dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao CP - CISGA qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente;

q) Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na entrega do objeto deste REGISTRO DE PREÇOS;

r) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos de até 25% do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) contratar com aquele que detém o Preço Registrado, **se necessário e nas quantidades que lhe aprouver**, os produtos objeto desta Licitação;

b) efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados em Ata de Registro de Preços, seus aditivos e contrato;

c) promover o acompanhamento e a fiscalização da execução dos medicamentos entregues, podendo rejeitá-los ou solicitar substituição, no todo ou em parte, dos itens entregues fora das especificações do Edital.

d) comunicar prontamente à fornecedora qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e edital; e ainda, se reservar ao direito de revogar, anular, adquirir no todo ou em parte, desde que justificadamente haja conveniência administrativa e por razões de interesse público.

e) fornecer todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos;

f) conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução do objeto, efetuando o seu pagamento, quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS ENTREGAS

6.1 Efetuar a entrega dos produtos no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir do envio do e-mail ao contratado contendo a autorização de fornecimento.

6.2 A licitante vencedora deverá entregar o produto, no local designado pelo Município Associado ao CP-CISGA, previamente determinado através da autorização de fornecimento, contrato de fornecimento/empenho na Unidade Básica de Saúde do Município, de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h30 min e das 13h30 min às 17:00 horas, sendo a entrega recebida pela servidora Lais Pancotto, farmacêutica, previamente indicado na Autorização de Fornecimento.

6.3 Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada município consorciado, correrão por conta do Fornecedor, inclusive no tocante a transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais. Também serão de responsabilidade exclusiva do fornecedor as obrigações decorrentes não aceitação das mercadorias entregues ou danos causados às mesmas em seu transporte.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
<http://www.santatereza.rs.gov.br>

6.4 No momento da entrega, a proponente vencedora deverá apresentar o laudo analítico de cada lote entregue, emitido pelo fabricante. Em se tratando de Distribuidora deverá comprovar a procedência do medicamento através da apresentação de cópia autenticada da Nota Fiscal de Compra do referido medicamento, nos termos da Portaria 2.814 GM/MS de 29 de maio de 1998. Em caso de Nota Fiscal Eletrônica não é necessária autenticação. Também deve apresentar a Autorização de Funcionamento para transporte de medicamentos junto à ANVISA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá o CONTRATANTE aplicar ao FORNECEDOR as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multas:

a) Da Inexecução Total: a não entrega integral dos produtos solicitados implicará multa de até 20% sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos acarretados pelo atraso e da possibilidade de rescisão contratual.

b) Da Inexecução Parcial: a entrega parcial do produto solicitado fará com que haja incidência de multa de até 20% sobre o saldo não entregue, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos acarretados pelo atraso e da possibilidade de rescisão contratual.

c) Do Atraso: o descumprimento do prazo de entrega dos produtos sujeitará o Fornecedor à multa de mora de 0,7% por dia de atraso, que incidirá sobre o valor total da Nota Fiscal/Fatura, observado o limite percentual de 20%.

d) O não-cumprimento de obrigação acessória sujeitará a Fornecedor a multa de 5% (cinco por cento) do valor apurado para pagamento, a qual poderá incidir autonomamente em relação à penalidade relativa à obrigação principal. Considera-se obrigação acessória toda a ação ou omissão exigível da Fornecedor em decorrência da aplicação de dispositivo contratual, que não seja inerente ao objeto da contratação ou ao prazo de execução.

e) As multas deverão ser recolhidas na conta bancária indicada pelo Município Consorciado, mediante comprovante de recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação, podendo o Município Consorciado, a seu critério, descontá-la, na sua totalidade, da fatura ou do saldo remanescente;

f) A multa, no caso de reincidência, passará para a monta de 30% sobre o valor atualizado do contrato, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade de rescisão contratual.

III - Suspensão do direito de licitar com o CP – CISGA e com os municípios consorciados, de acordo com a seguinte graduação:

a) 02 (dois) anos: recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido; deixar o adjudicatário de entregar documentação exigida no certame;

b) 01 (um) ano: pela inexecução total ou parcial injustificada do contrato;

c) 06(seis) meses: pelo cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações e prazos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Único. As sanções previstas nos incisos III e IV poderão também ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

I - injustificadamente retardar a execução do objeto desta licitação;

II – injustificadamente, não mantiver as condições estabelecidas em sua proposta e neste termo;

III – fizer declaração falsa ou entregar documentação falsa ao CP - CISGA ou a qualquer de seus municípios consorciados;

IV – falhar ou fraudar na execução do presente termo;

V – tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

VI – houver praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos desta contratação; e

VII – demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

Parágrafo Primeiro – A rescisão deste contrato implicará a retenção de créditos decorrentes da contratação até o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
<http://www.santatereza.rs.gov.br>

limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo. Ocorrendo a rescisão contratual, o Município informará o Consórcio - Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes dos produtos, objeto do presente contrato correrá a conta de dotação específica, e terá a seguinte classificação orçamentária:

0602 Secretaria Municipal Saúde, Trabalho e Ação Social
10.3030039.2.135 – Manutenção Asma e Renite
(0874) 33903200 – Material de Distribuição Gratuita
10.3030039.2.152 – Grupo de Hipertensos e Diabetes
(1014) 33903200 – Medicamentos e Materiais Hospitalares

0606 – Secretaria Municipal Saúde, Trabalho e Ação Social
10.3010039.2.190 – Manutenção Alta e Média Complexidade
(1978) 33903200 – Material de Distribuição Gratuita

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato é o mesmo que o da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

É competente o foro da Comarca de Bento Gonçalves/ RS para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente contrato de fornecimento em duas vias de igual teor e forma.

Santa Tereza, 13 de julho de 2016.

Município de Santa Tereza
DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

MAURÍCIO CICERI
RG nº 3050536501 SJS/RS e CPF 612.162.590-20
DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA.
CONTRATADA

Testemunhas:

Assessoria Jurídica:

1ª –

2ª –



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA
Av. Itália, 474 – Fone: (54) 3456.1033
95715-000 - Santa Tereza - RS - Brasil - CNPJ: 91.987.719/0001-13
<http://www.santatereza.rs.gov.br>